

DIVERSIDADE DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO EDUCACIONAL: COMPREENSÃO DE PROFESSORES NO PROCESSO DE ENSINO

Gabryelle Silva Pereira¹, Letícia Fleig Dal Forno²

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia, Campus Maringá/PR, Universidade Cesumar – UNICESUMAR. Bolsista PIBIC/ICETI-Unicesumar. gabryellesp@gmail.com

² Orientadora, Doutora, Departamento de Pedagogia, UNICESUMAR. Pesquisadora e Bolsista Produtividade em Pesquisa do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI. leticia.forno@docentes.unicesumar.edu.br

RESUMO

A inclusão educacional é um direito constitucional de todos e é dever do Estado, da família e da sociedade prover meios para assegurar tal direito. Para isto, é necessário levar em consideração as singularidades biológicas, sociais e comportamentais dos indivíduos, além das diversidades de aprendizagem para, então, prover uma educação significativa e universal. Contudo, o modelo educacional predominante ainda se baseia em princípios da exclusão e da homogeneização, tornando necessário a reinvenção da educação. Assim, este projeto de pesquisa visa investigar por meio de revisão literária e pesquisa de campo, práticas bem-sucedidas de inclusão educacional afim de reconhecer quais metodologias, recursos e teorias de ensino e aprendizagem estão sendo utilizadas para promoção de tal. Para isto, se utilizará a revisão de literatura e análise de dados, obtidos por meio de questionário, aplicadas à população de professores de Maringá – Paraná, assim, os dados serão comparados de modo a encontrar semelhanças e divergências nestas práticas. Espera-se que através dos resultados, a pesquisa contribua para a literatura e conseqüentemente para a educação, de modo a reforçar a importância - não apenas reconhecendo, mas também valorizando as práticas educacionais com essa que é a característica humana mais latente na sociedade - a diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Escola inclusiva; Exclusão escolar; Inclusão escolar; Inteligências múltiplas; Práticas inclusivas.

1 INTRODUÇÃO

A educação de crianças e jovens desde muito tempo tem sido uma preocupação da sociedade (BAPTISTA, 2019), seja ela qual for, cada comunidade, tribo e país lida com a educação à sua forma. A educação foi majoritariamente reconhecida como ocorrendo no seio familiar e somente a partir da revolução francesa, no século XIX, começaram a surgir ideias de uma educação para todos (GAUTHIER; TARDIF, 2014), a busca pela democratização do ensino está ligada a concepção de democracia e seu desenvolvimento não é um processo isento de tensões (ARAÚJO, 2011). Contudo, esta luta por uma educação para todos foi e tem sido gradual, o movimento inclusivo, por sua vez, foi impulsionado por conferências e acordos políticos como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) que defende e proclama:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades (...).

Assim, percebe-se que a questão da inclusão educacional não diz respeito somente ao acesso, mas também ao participar ativamente das atividades, processos de aprendizagem e socialização no ambiente educacional. Pois a escola se abriu à novas pessoas, que antes não participavam dela, mas não se abriu aos novos conhecimentos, então, exclui as pessoas que não dão o valor que ela exige aos ensinamentos que oferece, não havendo a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos (MANTOAN, 2003).

Tal percepção da importância da educação como direito e necessidade, somado à nebulosidade dos meios de efetivamente promover uma inclusão educacional para todos, chegou-se ao problema: Qual a correlação entre as metodologias, recursos e teorias de ensino e aprendizagem para uma efetiva inclusão educacional?

Portanto, para o desenvolvimento desta pesquisa, que busca em práticas bem-sucedidas de inclusão educacional e inclusão escolar, os meios para que ela ocorra, tomar-se-á como base teórica a teoria das inteligências múltiplas de Howard Gardner (1994, 1998, 2001) em relação com as políticas de inclusão escolar no Brasil, além de publicações de estudos de caso, como as disponibilizadas pelo Instituto Diversa. Com as hipóteses de que a) as escolas e profissionais da educação que consideram as inteligências múltiplas conseguem promover inclusão educacional para seus alunos; b) professores que não fazem uso de metodologias ativas não conseguem incluir todos os alunos na aprendizagem e na vivência escolar; e c) alunos com singularidades como pobreza, subnutrição, timidez, problemas domésticos, como a violência, e outras singularidades, não são considerados como alvos de inclusão educacional.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para a obtenção dos resultados esperados o presente projeto de pesquisa refere-se a uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e com objetivo descritivo e exploratório. A pesquisa será qualitativa descritiva e exploratória, sendo realizada através de análise de estudos de caso e artigos de dados primários e secundários sobre inclusão escolar, além do estudo de campo, com a obtenção e análise de dados por meio de questionários de perguntas abertas. Estas serão aplicadas pessoalmente à população de professores da rede particular e pública de Maringá - Paraná, assim, de forma a garantir a participação da maior diversidade possível de participantes, contando com uma amostragem aleatória simples.

Posteriormente, os dados dos questionários e da revisão literária serão analisados por meio de comparação, de maneira a equiparar e contrapor as informações de como os educadores agem com respeito à inclusão escolar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Almeja-se com esta pesquisa contribuir para uma educação mais equitativa que leve em consideração as características, interesses e diferenças dos alunos, proporcionando a inclusão não só de alunos com deficiências, mas também de todos aqueles que não se sentem parte da escola, aqueles que não se veem e nem enxergam sentido nela.

Esta contribuição começará, primeiramente, pelo reconhecimento do que tem sido feito, não apenas dos números de evasão, repetência e desistência dos alunos, mas o que os educadores e o sistema educacional têm realizado e como tem contribuído para esses dados ou para a diminuição destes. Depois, em tomar como referência e ponto de partida boas práticas que de fato promovem inclusão, seja de um aluno, um grupo ou toda uma escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto de pesquisa vislumbra a investigação de um tema ainda em construção no cenário nacional, que é a educação inclusiva e as práticas pedagógicas de inclusão, na perspectiva do conhecimento dos professores para promoverem o processo de aprendizagem de alunos com especificidades em seu desenvolvimento educacional (AVELINO, FERRAZ, 2021; BAPTISTA, 2019; GADELHA, CHAVES SOARES, SANTOS,

2020). Por isso a relevância de pesquisar profissionais da educação envolvidos nas práticas educacionais que promovem a inclusão escolar e o estudo sobre diversidade de aprendizagem.

Portanto, esta pesquisa contribuirá para assegurar o direito de uma educação para todos, conforme a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), por meio da investigação de práticas de inclusão educacional bem-sucedidas. Buscando proporcionar fundamentos para a análise, avaliação e reformulação da literatura sobre educação, como também, destacando informações sobre o que é necessário ao professor ter de conhecimento em relação as teorias de ensino e aprendizagem, métodos e recursos que promovam não somente o aprendizado, como também a efetiva experiência do viver e aprender coletivamente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U. A quarta revolução educacional: a mudança de tempos, espaços e relações na escola a partir do uso de tecnologias e da inclusão social. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 12, p. 31–48, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1202>. Acesso em: 10 maio. 2021.

AVELINO, M. O. de A.; FERRAZ, P. C. da S. Educação Inclusiva: Olhar dos Profissionais Sobre as Crianças Com Síndrome Congênita do Zika Vírus na Gerência Regional de Educação Cajazeiras e Pirajá: um Estudo Transversal. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru , v. 27, 2021 . Acesso em 04 de maio de 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0056>.

BAPTISTA, C. R. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 45, p. 217-223, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100407&lng=en&nrm=iso. Acesso em 04 de maio de 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634201945217423>.

GADELHA, A. K.; CHAVES SOARES, G. L.; SANTOS, P. K. dos. Formação docente inicial e as discussões sobre a inclusão. Análise do currículo do curso de pedagogia de uma universidade pública da região norte do Brasil. **InterCambios**, Montevideo , v. 7, n. 1, p. 43-53, 2020 . Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2301-01262020000100043&lng=es&nrm=iso. Acesso em 04 de maio de 2021. <http://dx.doi.org/10.2916/inter.7.1.5>.

GAUTHIER, C., TARDIF, M. **A Pedagogia**: Teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias. Petrópolis: Vozes: 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: o que é? por quê? como fazer?. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003. 96 p.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2021.